



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI ORDINÁRIA Nº 8498/2026**

Ementa

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de quadro informativo de riscos em estabelecimentos Industriais no Município de Indaiatuba.**

Data da Norma

**21/05/2026**

Data de Publicação

**22/05/2026**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município de Indaiatuba**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei nº 26/2026](#) - Autoria: CLÉLIA DOS SANTOS DE CARVALHO**

Status de Vigência

**Em vigor 90 dias após a publicação**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

CHEFIA DO GABINETE DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE TÉCNICA LEGISLATIVA

LEI 8498/2026  
Fls. 2/3

## LEI Nº 8.498, DE 21 DE MAIO DE 2026

(PL de autoria da vereadora Clélia dos Santos de Carvalho)

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de quadro informativo de riscos em estabelecimentos Industriais no Município de Indaiatuba.**

**CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica obrigatória, no âmbito do Município de Indaiatuba, a disponibilização de quadro informativo contendo informações sobre riscos operacionais e áreas sensíveis em estabelecimentos públicos e privados, com a finalidade de auxiliar as equipes de emergência em situações de incêndio, sinistro ou risco iminente.

**Parágrafo único.** A obrigatoriedade prevista no *caput* aplica-se prioritariamente a estabelecimentos que exerçam atividades de risco ou que armazenem produtos perigosos, conforme regulamentação.

**Art. 2º** O quadro informativo deverá ser afixado em local visível e conter informações claras e atualizadas, incluindo, no mínimo:

- I - planta ou croqui simplificado do estabelecimento;
- II - identificação e localização dos principais riscos operacionais existentes;
- III - indicação de materiais inflamáveis, combustíveis, explosivos ou produtos químicos perigosos, quando houver;
- IV - localização dos pontos de corte de energia elétrica, gás, água e demais sistemas essenciais;
- V - identificação de áreas sensíveis ou de acesso restrito;
- VI - nome e contato do responsável técnico ou do responsável legal pelo estabelecimento.

**Parágrafo único.** O detalhamento do conteúdo, formato e padrão do quadro informativo poderá ser regulamentado pelo Poder Executivo.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

CHEFIA DO GABINETE DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE TÉCNICA LEGISLATIVA

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, 21 de maio de 2026, 196º de elevação à categoria de Freguesia.

**CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**  
**PREFEITO**